

Prioridade estratégica

O Brasil nas últimas duas décadas conseguiu três importantes conquistas na área educacional: 1) A universalização do ensino fundamental, que ocorreu com um atraso de mais de um século em relação aos países desenvolvidos. Em 2010, 98,7% das crianças de 6 a 14 anos foram matriculadas nas escolas públicas e privadas;

2) A institucionalização, em nível federal, de um sistema de planejamento integrado que leva em consideração todos os níveis e modalidades de ensino, desde a educação infantil até a pós-graduação; 3) A criação do Fundef no final da década de 90 e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) a partir de 2006. Com ele foi possível garantir uma distribuição mais justa dos recursos entre os entes federados e um aumento progressivo anual do investimento por aluno.

Há batalhas vencidas, mas ainda há grandes desafios. O número de matrículas indica que o esforço da “quantidade” está praticamente superado, pois o ensino fundamental está universalizado e a matrícula global encontra-se em descendência, ou seja, o país tem con-

dições de ofertar escola para todos e ainda poderá continuar aumentando o investimento per capita. Contudo, estamos diante de desafio ainda maior, que é fazer um ensino fundamental de alta qualidade.

O momento é bom para esta reflexão, pois encontra-se em tramitação no Congresso Nacional o Plano Nacional de Educação – 2011/2020, que estabelece metas e estratégias para a educação brasileira em todos os níveis e modalidades.

As prioridades educacionais ainda são definidas com critérios predominantemente conjunturais, ou seja, fortemente influenciado pela demanda política imediata.

Assim, educação infantil, ensino profissionalizante pós-médio e ensino superior ganham status de níveis educacionais prioritários. Em praticamente todos os níveis de governo estas são as prioridades. E o ensino fundamental? Vai continuar a não alfabetizar plenamente boa parte das crianças, que são transformadas em analfabetas funcionais que frequentaram a escola, mas não sabem efetivamente ler e escrever? Por isto o ensino fundamental deve ter prioridade máxima nesta década. A escola pública deverá se estruturar para que todos sejam ple-

namente alfabetizados em língua portuguesa e adquiram os conhecimentos básicos de matemática, história, ciências e artes, para poderem prosseguir nos estudos nas etapas subsequentes do ensino médio, da educação profissional e no nível superior.

O ensino fundamental concentra quase dois terços dos alunos da educação básica, sendo 63,3% (582 mil) no Espírito Santo e 65,6% (32,8 milhões) no Brasil. Assim, é este imenso contingente de alunos que deve receber tratamento prioritário da política educacional do país.

Precisamos de escolas com melhor estrutura física, com diferentes ambientes pedagógicos e com diretores preparados para o desafio de uma gestão profissionalizada, democrática e competente. Mas precisamos, sobretudo, de educadores qualificados, bem remunerados e com autoestima elevada, motivados a criar condições para que todas as crianças sejam plenamente alfabetizadas e passem a ter prazer em buscar, de forma incessante, o conhecimento.

■ ■ **Haroldo Corrêa Rocha** é economista, professor da Ufes e ex-secretário Estadual de Educação